

MANIFESTO DE DIRIGENTES E MILITANTES DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO-MNU EM APOIO À REELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF PARA PRESIDENTA

Nós, abaixo-assinado, militantes do **Movimento Negro Unificado - MNU**, que apoiamos a eleição da primeira mulher à Presidência da República, nas eleições de 2010, vimos a público renovar nosso apoio nestas eleições de 2014, além de conclamar a militância negra e nosso povo em geral a votar e trabalhar para reeleger Dilma Rousseff, a primeira mulher Presidenta deste nosso Brasil, a continuar governando o país.

Após 12 anos de políticas de inclusão social, sendo 8 anos de gestão do presidente Lula e agora 4 anos de mandato da **primeira mulher à frente da presidência do nosso país** nosso **PAÍS MUDOU E PARA MELHOR**. São milhões de brasileiros tirados da miséria e outros tantos milhões a ingressar na classe C, usufruindo dos benefícios gerados pela riqueza de nosso país.

O relatório da FAO revela o sucesso dos programas sociais de combate à fome iniciados no governo Lula e que continuaram no governo Dilma, uma vez que veio comprovar que o Brasil está muito a frente em relação a outros países da América Latina e Caribe no combate à fome. Nos últimos 12 anos de governos do PT, mais de 36 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. As iniciativas de combate à fome, voltadas para povos indígenas, quilombolas e a população de rua precisam seguir em frente, por isso não podemos ter retrocesso. De acordo com a FAO, no período de 1990 a 1992, 14,8% dos brasileiros passavam fome. Para o período de 2012 a 2014, o índice brasileiro caiu para 1,7%, o que significa que quando o percentual da população subnutrida é inferior a 5%, o problema deixa de ser estrutural. Mas será preciso fortalecer o mecanismo de busca ativa do Programa Brasil sem Miséria, não apenas para inserir as pessoas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal e ampliar as políticas específicas. A redução da fome no Brasil acompanha a política de valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família, o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso de 43 milhões de crianças e jovens à merenda escolar.

Também fica na conta política desse governo ter criado cerca de 15 milhões de empregos; ter inserido milhares de jovens negros/as no ensino superior; ter implementado políticas públicas para construção de centenas de escolas técnicas; ter colocado o governo na defesa das políticas de ações afirmativas e das cotas raciais nas instituições federais de ensino médio e superior, e recentemente nos concursos da administração pública federal, ainda precisamos avançar com cotas nos partidos políticos e na televisão.

Avançamos também nas políticas públicas para as comunidades quilombolas e comunidades negras rurais levando além do programa Luz para Todos, a certificação e titulação das comunidades quilombolas que

RECONHECEMOS precisa ser aceleradas no segundo governo Dilma. Apesar do governo ter tido uma política concreta de apoio político e material ao continente africano com o presidente LULA visitando dezenas de vezes os países africanos, perdendo a dívida de nações pobres com o nosso país, ajudando países como Moçambique a modernizar sua agricultura através da assessoria da EMBRAPA, construindo laboratórios para produção de remédios, principalmente contra o HIV/AIDS, fortalecendo uma política independente com a África do Sul nos fóruns internacionais, política esta interna e internacional que, sem sombra de dúvida, beneficia, concretamente, a população negra brasileira e a população africana, é preciso intensificar a ajuda aos países africanos.

No nosso continente os que se preocupam com a eliminação das desigualdades chegaram ao poder e Evo Morales e mulheres chegaram lá, como Michelle Bachelet no Chile e Cristina Kirchner na Argentina.

Vale lembrar que o Brasil nadou contra a maré da crise mundial, pois com o modelo econômico adotado pelos governos Lula e Dilma o país conseguiu muito mais do que sobreviver em meio à crise. Com Lula e Dilma, nosso país ensinou ao mundo o que fazer e como fazer para prosperar em meio a tais dificuldades, ou seja, enquanto o mundo quebra, o Brasil gera emprego e renda, estimula o consumo interno e hoje caminha para o fim da extrema pobreza. Para confirmar isso, aponta-se a taxa de desemprego em alguns países: Espanha 25%, França 10%, E.U.A 8,2% e Brasil 4,4%. Diante de um quadro tão grave, os governantes dos países reunidos na Conferência da ONU sobre Clima (COP 15) se declararam incapazes de constituir um fundo para combater os efeitos mais emergentes das catastróficas mudanças climáticas previstas pelo Painel Intergovernamental do Clima. O Brasil, por sua vez, acerta de novo em sua posição de cobrar a fatura dos países mais ricos, já que os mesmos são os que mais poluem e fazem isso por muito tempo com a depredação do meio ambiente que reflete a divisão internacional do trabalho, com a exportação para o chamado terceiro mundo de indústrias intensivas em consumo energético e de materiais, que são emissoras de poluentes.

Nos últimos 10 anos, o Brasil coloca na pauta, com eficácia, políticas de desenvolvimento social o que incide em avaliações positivas dos governos Lula e Dilma prestigiados popularmente. Assim, a política externa brasileira adotada por Lula e Dilma é, sem dúvida alguma, uma das manifestações mais fraternas e solidárias para com a humanidade e segue construindo a harmonia na América Latina e Caribe, ajudando na materialização da integração latino americana. O apoio a Maduro nas eleições da Venezuela só reforça ainda mais que o Brasil tem um lado e um programa ideológico bem definido.

As premiações de Lula, mundo afora, só mostram a importância e o papel protagonista do Brasil para o mundo.

Dilma Rousseff ousou, recentemente, sediar a 6ª Cúpula do BRICS, em que o governo brasileiro convidou todos os chefes de Estado da América do Sul, para a mais significativa cúpula geopolítica do Brasil na história atual. Desde a crise financeira de 2008, a ordem global está passando por uma fase complexa de adaptação para resolver a crescente tensão entre a multipolarização econômica e as instituições internacionais que ainda refletem uma ordem ocidentalmente centralizada. É uma questão de tempo para a China e a Índia recuperem seus status de centros da economia mundial. O Brasil encontra-se geograficamente e geopoliticamente mais próximo dos Estados Unidos do que a China. No entanto, a China já é o maior parceiro comercial do Brasil, e negociar a sua relação comercial com ela é um dos principais desafios políticos do Brasil. O Banco de Desenvolvimento do BRICS traz importantes benefícios para o Brasil e não tem praticamente nenhum custo. A adesão do Brasil ao BRICS é uma maneira de facilitar a diversificação de suas parcerias e de se adaptar a uma ordem global com fortes laços com potências estabelecidas e emergentes.

Temos consciência que muito mais poderia ter sido feito, porém precisamos lutar pela união do movimento negro para pressionarmos com força o governo a avançar mais numa política reparatória e afirmativa em relação à população negra com relação às políticas públicas de saúde, dentre outras, que contemplem nossas especificidades.

O governo Lula apresentou para o povo brasileiro ministros negros e ministras negras, o governo Dilma também deu voz às mulheres e negros e negras nos ministérios mas neste segundo espera-se que seja ampliado o número de ministérios comandados por negras e negros de forma significativa para melhor espelhar a cara do Brasil.

Lembramos que as reivindicações do movimento negro passaram a ganhar força a partir da Conferência Mundial de Durban em 2001, que discute a necessidade de mudança nos discursos, raciocínios, gestos, posturas, no modo de tratar as pessoas negras, indígenas, asiáticas, homossexuais, com deficiência, mulheres, estrangeiros, etc.

O Estado brasileiro passa a reconhecer a existência do racismo e adota ações afirmativas para garantir ingresso de afro-brasileiros/as nas instituições de ensino superior. A Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban (África do Sul) contribui para que sejam identificadas na nossa história as práticas racistas advindas da discriminação e preconceito raciais, construídas e naturalizadas como verdadeiras, por meio de ações sociais, políticas e econômicas.

Há necessidade de lutarmos para assegurar a laicidade do Estado brasileiro para conquistarmos o devido respeito às religiões de origem africana, à orientação sexual e a diversidade LGBT e combatermos a violência policial que contribui para aumentar o extermínio de jovens negros. A juventude negra é historicamente vulnerável, discriminada e

marginalizada, além de ser, por conta do racismo existente em nossa sociedade, associada à criminalidade e à pobreza. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente os jovens negros, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. De acordo com os dados, mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% eram negros e 91,3% homens(MS/2010).

É preciso lembrar que foi promulgada no dia 2 de abril de 2013, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 66) que garante às/aos trabalhadoras/es domésticas/os 17 novos direitos, ampliando as garantias trabalhistas para a categoria formada em sua maioria por mulheres negras, sendo que 10 dos 17 direitos previstos já passaram a valer e 7 deles ainda precisam ser regulamentados. Entende-se a necessidade de manutenção da cooperação com este governo para ampliar a formalização do trabalho, bem como o acesso de mulheres negras ao crédito e à assistência técnica, a fim de dar visibilidade ao tema do trabalho decente para as trabalhadoras domésticas.

A demanda do movimento negro por retratação, reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação ainda é grande, mas devemos lembrar que uma delas é apoiada com a assinatura da Lei nº. 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/96 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Contudo, precisamos cobrar dos entes federados o cumprimento de suas atribuições constantes no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 2009, que muitas/os gestoras/es públicos municipais e estaduais tem ignorado, até o presente momento, pelo evidente racismo institucional, a necessidade de cumprir a legislação educacional mesmo com os recursos disponibilizados para formação de profissionais da educação e para aquisição de materiais didáticos específicos para a temática pelo governo federal.

Lutaremos para que o governo Dilma continue a priorizar, por meio do Ministério da Educação, em cooperação com a UNESCO, a distribuição a todas as escolas do Brasil de publicações que tratem da História Geral da África e de materiais pedagógicos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Durante o governo Lula e Dilma foi ampliada a infraestrutura e construção de escolas quilombolas que chegam a 2.235 escolas no Brasil e o nosso país chega a 27.430 estudantes quilombolas matriculados na Educação Básica (INEP, Censo 2013). Entre os anos de 2012 e 2014, 131 obras de ampliação, reforma e construção foram aprovadas.

Ainda precisamos avançar na educação oferecida nas comunidades

quilombolas e construir o Plano Nacional de Educação Escolar Quilombola e aplicar o Decreto nº 4.887 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas famílias das comunidades remanescentes de quilombo, de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como a Lei das Cotas, possibilitou que 100% das instituições federais de ensino superior alcançassem a meta prevista na lei para 2014. De 2013 para 2014, nas Universidades Federais, as vagas totais cresceram 10% e as vagas para cotistas negros e indígenas cresceram 39%. Nos institutos federais cresceram 18% para estes segmentos e 56% das universidades já atingiram a meta da Lei das Cotas prevista para 2016; em média, 40% dos estudantes das universidades federais são oriundos da escola pública, sendo a maioria negra; em média, 20% das vagas ofertadas estudantes das universidades federais são para cotistas negros e indígenas. Nos Institutos Federais, de 2013 para 2014, tanto o total das vagas quanto as vagas para cotistas cresceram 18%; 77,5% dos institutos federais atingiram em 2014 a meta da Lei de Cotas para 2016; nos institutos federais, 23% das vagas estão reservadas para cotistas negros e indígenas, que representam 52% na população brasileira.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) beneficia a maioria da população negra porque metade dos estudantes, ou seja 635 mil são negros/as. Desde a sua criação, o ProUni formou 400 mil estudantes e ofertou, no total, 1,27 milhão de bolsas. Dos 7 milhões de estudantes, 933 mil são negros, o que representa 13,3% do total. A maioria dos estudantes negros está em instituições particulares, 608 mil, e são 62,2% dos que cursam ensino superior. O ProUni oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições particulares de ensino. As integrais são para estudantes com renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. As bolsas parciais são para candidatos com renda bruta familiar igual ou inferior a três salários mínimos por pessoa. O bolsista parcial pode usar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para custear o restante da mensalidade. Em 2014, foram ofertadas 191 mil bolsas, entre parciais e integrais. Atualmente, participam do programa 1,2 mil instituições e, no total, 500 mil bolsas estão ativas. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabelece que, em dez anos, 33% da população entre 18 e 24 anos deve ter acesso ao ensino superior.

Ressalta-se, também, a conquista, em 2014, da lei de cotas no serviço público que reserva 20% das vagas nos concursos públicos da União para candidatos/as negros/as e tem vigência de 10 anos. A reserva de vagas vale para concursos da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento criado em 2013, com o objetivo de proporcionar a formação e a

capacitação de estudantes autodeclarados negros e indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/superdotação, em universidades e instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior está em andamento, com editais abertos para apoio a projetos que beneficiarão nos próximos anos mais de 1.000 estudantes.

Vivemos momentos de diminuição das desigualdades sociais no Brasil com avanços, entre eles a redução do trabalho infantil, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, entre 2012 e 2013, o número de crianças de 5 a 13 anos, vítimas de trabalho infantil, teve queda de 15%, o que significa que 486 mil crianças saíram dessa situação e puderam retomar os estudos, houve uma queda de 12,3% no número de trabalhadores entre 5 e 17 anos, entre 2012 e 2013, o que representa cerca de 24 mil crianças de 5 a 9 anos longe do trabalho. A faixa etária em que mais pessoas deixaram de trabalhar foi o grupo de 14 a 17 anos. Foram mais de 360 mil crianças, sendo 225 mil nas regiões Nordeste e Sudeste.

A Pnad também aponta um salto na escolarização de crianças de 0 a 3 anos (23,98% para 26,01%) e de 4 a 5 anos (78,1% para 81,4%) com creches e pré-escolas bem aparelhadas e com um projeto pedagógico, criadas no governo Dilma e que precisam se expandir.

Por termos defendido o governo Lula e o governo Dilma, por querermos a continuidade deste governo com aprofundamento das políticas públicas de inserção racial e eliminação das desigualdades que atingem nossa população, por querermos conscientizar o nosso povo para defender REPARAÇÕES HISTÓRICAS E HUMANITÁRIAS para o povo negro, por defendermos este programa de governo que lutamos para ser realizado, é que votamos DILMA ROUSSEFF para reeleição à Presidência do Brasil.

Assinam este manifesto:

- Ivonei Pires - Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado - MNU (MNU/BA)
- Emir Silva – Coordenador Nacional de Formação do MNU (MNU/RS)
- Angela Gomes – Coordenadora Nacional de Relações Internacionais – MNU (MNU/MG)
- Marta Almeida - Coordenadora Nacional de Articulação Rural - MNU – (MNU/PE) - GT Territorialidades e Matriz Africana
- Adeildo Araújo - Coordenador Nacional de Articulação nos Estados - MNU – (MNU/PE)
- Herlon Miguel Cruz – Coordenador Nacional de Organização – MNU – (MNU/BA)
- Carlos Augusto S. da Conceição - Coordenador Nacional de Finanças – MNU – (MNU/SE)
- Jacira Silva - Coordenação Nacional de Articulação Urbana – MNU (MNU/DF) – GT Mulher

- Adomair O. Ogunbiyi - Comissão de Ética do Movimento Negro Unificado – MNU/MA
- Raimundo Gonçalves dos Santos (Raimundo Bujão) - Comissão de Ética do Movimento Negro Unificado - MNU/BA
- Edmilton Cerqueira - Movimento Negro Unificado – MNU/BA
- Ilma Fátima de Jesus - Movimento Negro Unificado – MNU/MA
- Kim Lopes – GT Política Urbana - Movimento Negro Unificado – MNU/CE
- Ieda Leal - Movimento Negro Unificado – MNU/GO
- Roseane Ramos - Movimento Negro Unificado – MNU/GO
- Antônio Mário Ferreira - Movimento Negro Unificado – MNU/RJ
- Maria Isabel Castro Costa - Coordenação Estadual do Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Valdelice de Jesus Almeida – Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Maria Pedrolina Cardoso - Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Ilka de Jesus Soares Martins - Movimento Negro Unificado - MNU/MA
- Maria José Silva - Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Teodora Martinha Ferreira – Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Maria das Dores Carvalho – Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Maria Eleonora Rosas - Movimento Negro Unificado - MNU/MA - Núcleo de Base do MNU no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os do Estado do Maranhão
- Cledisson Júnior – Movimento Negro Unificado – MNU/MG
- Moacir Alves Rodrigues - Direção Estadual do MNU/ES
- Fátima Tolentino da Silva - Direção Estadual do MNU/ES
- Olindina Serafim do Nascimento - Direção Estadual do MNU/ES
- Jaderson da Silva - Militante de base do MNU/ES, Presidente da Associação e Micro e pequenos Empreendedores e Empreendedores Individuais
- Eliando Rosa dos Reis - Militante de base do MNU/ES
- Nívea Gisele Natalício - Militante de base do MNU/ES
- Mauro Natalício - Militante de base do MNU/ES
- Vanda de Souza Vieira - Militante de base do MNU/ES
- Valdeni Andreino - Militante de base do MNU/ES
- Priscylla Mathias - Militante de base do MNU/ES
- Jorge Lisboa - Militante de base do MNU/ES
- Alexsandro do Nascimento - Militante de base do MNU/ES
- Gilmar Carlos da Silva - Militante de base do MNU/ES e vereador

- Eliezer Tavares de Albuquerque - Militante de base do MNU/ES
- Stênio de Sousa Vieira – Movimento Negro Unificado - MNU/TO
- Lena Rodrigues – Movimento Negro Unificado - MNU/TO
- Cristian Trindade Ribas – Movimento Negro Unificado - MNU/TO
- Givalda Maria Santos Bento: Movimento Negro Unificado – MNU/SE
- Aline Regina da Conceição: Diretora do Departamento de Políticas Raciais do Município de Barra dos Coqueiros - Sergipe/Movimento Negro Unificado - MNU/SE
- Joana dos Santos Leonideo: Coordenação Estadual do Movimento Negro Unificado - MNU/SE
- Sandra Gláucia da Conceição: Coordenação Estadual do Movimento Negro Unificado - MNU/SE
- José Claudio D’êça: Movimento Negro Unificado – MNU/SE
- Antonio Autran da Conceição: Movimento Negro Unificado - MNU/SE
- Luana Cristina C. Santos: Movimento Negro Unificado - MNU/SE
- Tâmara Terso - Coordenação do GT Juventude do Movimento Negro Unificado - MNU/BA e Conselheira Nacional de Juventude;
- Bruna Rocha - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/BA e Diretora de Mulheres da União dos Estudantes da Bahia
- Rose Nascimento - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/BA e Diretora de Mulheres da União Brasileira de Secundaristas;
- Alisson da Silva - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/BA e Diretor da UEB/BA
- Caio César - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/BA e Vice-Presidente da União dos Estudantes da Bahia
- Marcela Ribeiro - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/BA e Diretora de Combate ao Racismo da UNE
- Milena Rodrigues - Coordenação do GT Quilombola do Movimento Negro Unificado - MNU/BA
- Eliana Rainha Gonzaga - Movimento Negro Unificado-MNU/BA Salvador
- Ione Santana – Movimento Negro Unificado – MNU/BA - Salvador
- Raimundo Coutinho - Movimento Negro Unificado-MNU/BA - Salvador
- Quêner Chaves dos Santos - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/DF
- Ana Carolina Silva - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/DF
- Geovanny Silva - Militante do Movimento Negro Unificado MNU/DF
- Ronaldo de Oliveira - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/DF
- Cristiana Luiz - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/DF
- Carmem Aurora Maia - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/RS
- Edson Axé João da Silva – Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE/Coordenador Nacional do GT LGBT do MNU
- Carlos Tomás– Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Marcos Carneiros - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE

- Almir da Hora - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Walter Santos - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Antônio Ferreira - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Fabiano Santos - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Adelma Araújo - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Haroldo Araújo - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Miqueas Lucas - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Acione Cristina - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Vanessa Vilma - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Francisco Barbosa Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Doralice Flora - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- João José - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Arnaldo Vicente Filho - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Assis Pereira - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Aurenívia Maria - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Ademir Miranda - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/PE
- Márcia Adão - Militante do Movimento Negro Unificado – MNU/SP – Campinas
- Hugo Vilela - Militante do Movimento Negro Unificado MNU/RJ
- Walmyr Júnior - Conselheiro Nacional de Juventude - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/RJ
- Luci Souza - Diretora de Combate ao Racismo da União Estadual de Estudantes do Rio de Janeiro (UEE-RJ) - Militante do Movimento Negro Unificado – MNU/RJ
- Davi Vital do Rosário - Militante do Movimento Negro Unificado – MNU/MS
- Rogério Cesar dos Santos - Militante do Movimento Negro Unificado – MNU/MS
- Nara Nazareth Lima Monteiro - Militante do Movimento Negro Unificado - do MNU/MS
- Paulo Azarias – GT Territorialidades e Matriz Africana - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/MG
- Camilo Nogueira Azarias – GT Juventude do MNU - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/MG
- Lia Maria Manso Siqueira – GT Mulher - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/MG
- Fernanda Oliveira Carvalho - Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/MG
- Babalorisà Henrique Nonato Costa – Militante do Movimento Negro Unificado - MNU/MG – Seção Betim